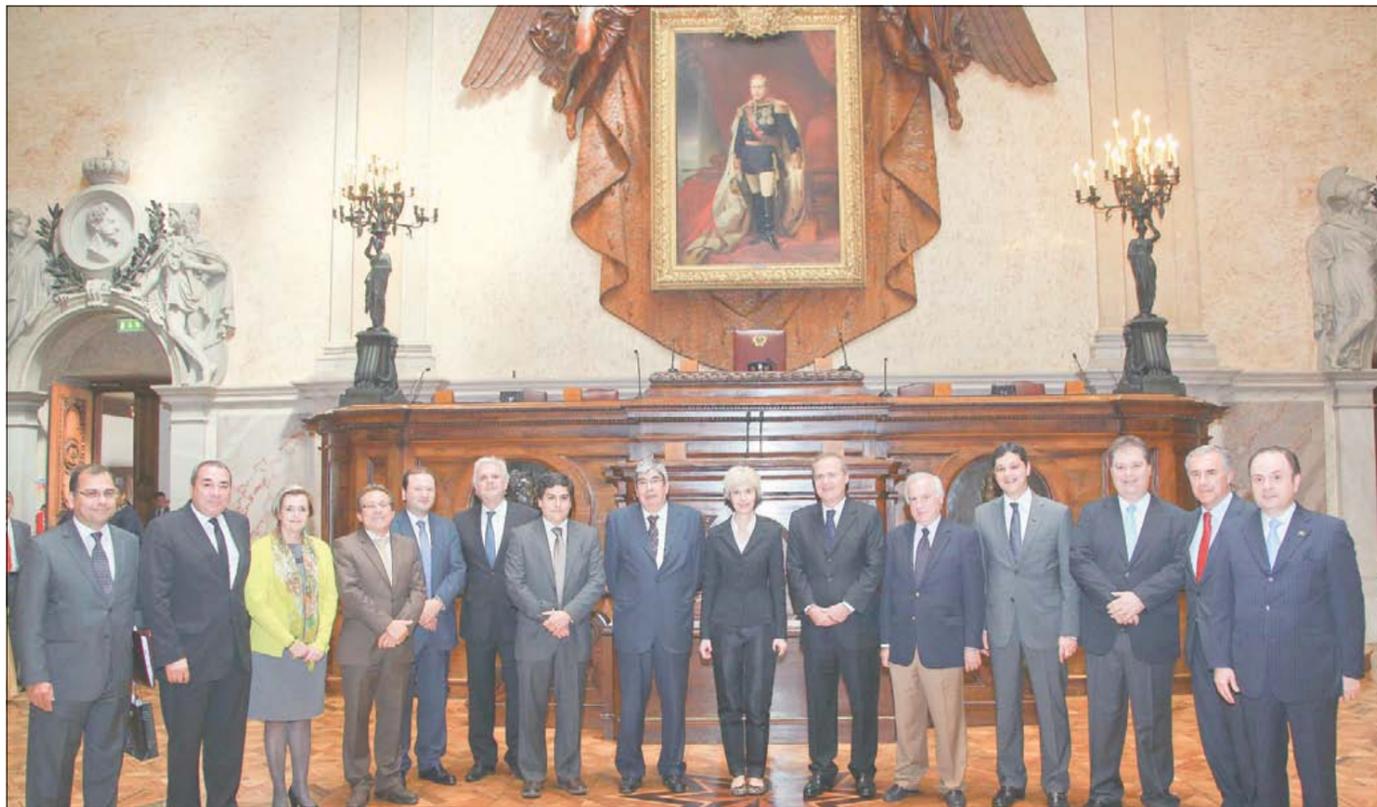




Senado contribui para estreitar relação entre Brasil e Portugal

Em Lisboa, Renan Calheiros promete criar grupo de representação do Congresso Nacional junto aos países de língua portuguesa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e os senadores Ricardo Ferraço e Gim participam hoje, em Lisboa, de jantar oferecido pelo presidente de Portugal, Cavaco Silva, à presidente Dilma Rousseff. Dia nacional português, este 10 de junho marca o fechamento do Ano do Brasil em Portugal. Renan defende a intensificação das relações bilaterais e promete criar grupo do Congresso junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **4 e 5**



Assembleia da República de Portugal

Parlamentares portugueses, entre eles a presidente do Parlamento, Assunção Esteves (7ª à dir.), recebem os senadores Renan (6º), Ferraço (4º) e Gim (3º)

Projeto prevê alertas de desastre por meio de TV, rádio e celular

Comissão de Ciência e Tecnologia vota amanhã proposta que torna obrigatória a divulgação de

alertas sobre a possibilidade de desastres climáticos. Se aprovada, passa por votação suplementar. **8**

Comissão debate investimentos em transporte e logística no país

Audiência hoje na Comissão de Infraestrutura debaterá os desafios para acelerar o investimento e me-

lhorar a gestão da logística e os mecanismos para financiar mais obras no setor de transportes. **6**



Volter Compagno/ABR

Texto pretende prevenir tragédias como as provocadas por deslizamentos em Nova Friburgo (RJ)



Edson Leite

Empresários e parlamentares têm cada vez mais cobrado investimentos em transportes e na gestão da logística

Síndrome de alienação parental será discutida em audiência pública **7**

US\$ 18 milhões podem financiar programa de combate à corrupção **3**

PEC dos novos tribunais não precisa aguardar votação de MP **2**

Proposta transfere feriados nacionais para sextas-feiras **3**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

MAIORIDADE PENAL

10 e 17 JUNHO 15h

Participe dessa discussão!
internet: www.senado.leg.br/ecidadania
telefone: Alô Senado 0800-612211

Secs | Criação e Marketing

Senado Federal

ecidadania

Moineira Manz/Agência Senado



Para examinar projetos além das PECs previstas, senadores precisam decidir sobre MP que tranca a pauta de votações

Pauta tem medida provisória e novos tribunais federais

Propostas de emendas à Constituição podem ser votadas porque não seguem a regra de trancamento de deliberações. Outros projetos aguardam análise de MP sobre seguro para exportação de aviões

A PAUTA DO Plenário está trancada pela Medida Provisória 606/2013, que facilita a concessão de seguro para exportação de aviões. Transformada no PLV 13/2013, a MP trata do uso do Seguro de Crédito à Exportação (SCE) em compras de aeronaves brasileiras mesmo quando a empresa aérea não for a devedora direta da operação de financiamento.

A MP também altera regras do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e amplia o prazo para inscrição de empresas no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga. O texto a ser votado é o do relator, José Pimentel (PT-CE), com duas emendas de deputados.

Apesar do trancamento da pauta, poderão ser votadas propostas de emenda à Constituição (PECs), como as que criam tribunais regionais federais (TRF) e a PEC da Música, já que esse tipo de proposta não segue a regra de prioridade para MPs. Outros projetos só serão examinados depois da votação da MP.

Estão em fase de discussão quatro PECs que criam TRFs. A PEC 42/2012 e a PEC

86/2011, que criam tribunais em Curitiba e Manaus, podem ser prejudicadas, já que as cidades estão contempladas na Emenda Constitucional 73, promulgada na quinta-feira.

Já a PEC 61/2012 e a PEC 46/2012, que criam TRFs em Fortaleza e Belém, têm mais chances de ir à votação. A criação de tribunais por iniciativa da Câmara ou do Senado, no entanto, é polêmica. Parlamentares argumentam que a medida é inconstitucional porque a iniciativa deveria ser do Judiciário, por meio de projeto de lei. A medida recentemente promulgada atraiu críticas do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa.

Também está na pauta a PEC 89/2011, de Walter Pincheiro (PT-BA), que obriga autoridades cujas indicações passam pelo exame do Senado a prestar contas anualmente na Casa. A proposta amplia a determinação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 10/2013, que determina o comparecimento dos diretores-presidentes de agências reguladoras, além dos ministros da Justiça, da Defesa e das Relações Exteriores.

Outra proposição que pode ir à votação é a PEC da Música

(PEC 123/2011). O texto isenta de impostos CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros. O objetivo é reduzir o preço dos produtos e, assim, desestimular a venda de reproduções piratas. A PEC tem como opositores senadores do Amazonas, que a consideram uma ameaça à indústria fonográfica e de vídeo instalada na Zona Franca de Manaus.

Gorjetas

Caso a pauta seja destrancada, pode ser votado o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 57/2010, que estabelece o controle e a fiscalização das gorjetas para trabalhadores de bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares. O projeto está na pauta do Plenário, mas ainda não há acordo para a votação. Um entendimento pode sair de reunião marcada para amanhã, como anunciou Paulo Paim (PT-RS) em Plenário.

Itens que ainda não estão na pauta também podem ser votados. São quatro indicações feitas pela presidente Dilma Rousseff para cargos que exigem aprovação do Senado. Dos quatro indicados, três ocuparão cargos no Conselho Nacional do Ministério Público e um fará parte do Conselho Nacional de Justiça. Todos já passaram por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Democracia na América Latina é tema de debate

Os desafios na consolidação democrática na América Latina estarão em debate nesta semana, no Auditório do Interlegis, no Senado. Esse é o tema do 3º Seminário Internacional Estudos Legislativos, organizado por um grupo de pesquisadores da Câmara dos Deputados, do Senado e da Universidade de Brasília (UnB). O evento ocorre de amanhã a quinta-feira.

Em duas conferências e quatro mesas de debate, serão discutidos temas como democracia no século 21, democracia e Parlamento, pluralidade da representação, inovação dos mecanismos democráticos e democracia e integração na América Latina.

A lista de convidados inclui palestrantes com experiência internacional, como o semiólogo argentino Walter Mignolo,

que é professor da Duke University, nos Estados Unidos; e o escritor John Carey, que já foi professor no Chile e na Espanha e hoje leciona no Dartmouth College, também nos Estados Unidos. Ainda estão convidados os professores José Maurício Castro Domingues (UERJ) e Sergio Barreira Tavoraro (UnB), entre outros, além de representantes do México e do Equador.

Representação no Parlasul vota isenção de IPI para veículo elétrico

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) votará quarta-feira projeto de Eduardo Amorim (PSC-SE) que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) automóveis movidos com energia elétrica (PLS 415/2012). O senador argumenta que os veículos trarão ganhos ambientais e econômicos, pois têm custo um terço menor do que o do etanol.

Se aprovada, a proposta será analisada pelas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE), nesta em votação final.

Na reunião, a Representação no Parlasul analisará também requerimento do presidente, deputado Newton Lima (PT-SP), solicitando o comparecimento do embaixador Antônio José Pereira Simões em audiência do colegiado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- SEGUNDA**
 - PLENÁRIO Sessão de pronunciamentos**
14h A sessão é não deliberativa, destinada a discursos de senadores.
 - CDH Alienação parental**
9h A ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, Maria do Rosário, participa de audiência pública sobre alienação parental na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.
 - CCJ Maioridade penal**
15h Redução da maioria penal em debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
 - CI Infraestrutura de transportes**
18h A Comissão de Serviços de Infraestrutura realiza audiência pública para discutir os mecanismos de financiamento da infraestrutura de transportes, dentro do ciclo de debates sobre investimento e gestão na logística no país.
- TERÇA**
 - CMA Arborização urbana**
8h30 Em debate na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, projeto sobre o Estatuto da Cidade, em que será discutida a arborização urbana.
 - CCT Prevenção de desastres climáticos**
9h Os projetos que instituem a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural e o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos constam da pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia. Também projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e televisão em diversas regiões do país.
 - CE Doação de cordão umbilical**
10h A Comissão de Educação e Cultura deve votar em turno suplementar projeto que institui uma data nacional para incentivar a doação de cordão umbilical.
 - CAE Política econômica**
10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa pedido de crédito externo para os Programas de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira e de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste do Ceará. Às 11h, audiência pública sobre a política econômica brasileira.
- QUARTA**
 - SEMINÁRIO Democracia latina**
18h Os desafios da consolidação democrática na América Latina é o tema do 3º Seminário Internacional Estudos Legislativos, organizado por um grupo de pesquisadores da Câmara, Senado e UnB. O evento será realizado no Auditório Antonio Carlos Magalhães.
 - CI Atuação do Ibama em obras do Dnit**
7h30 O presidente do Ibama, Volney Zarnardi Júnior, presta esclarecimentos sobre a atuação do instituto em obras de infraestrutura, em especial aquelas executadas pelo Dnit. A Comissão de Serviços de Infraestrutura vota projeto que eleva de 50% para 100% o desconto nas tarifas de uso de redes de transmissão e distribuição para usinas eólicas de geração de eletricidade.
 - CAS Lei Geral das Religiões**
9h O projeto que trata dos direitos e garantias fundamentais ao livre exercício da crença e dos cultos religiosos é o primeiro item da pauta da Comissão de Assuntos Sociais. Na segunda parte da reunião, os senadores sabatinam Ivo Bucarecky para o cargo de diretor da Anvisa.
 - CCJ Indicações para o CNMP**
9h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina pedido de indicação de Jarbas Soares Júnior e Cláudio Henrique Portela do Rego para o Conselho Nacional do Ministério Público. Às 10h, examina projeto que obriga órgãos e entidades públicas a divulgar a remuneração dos servidores.
 - CDR Megaeventos no Brasil**
9h Os impactos econômicos e o legado dos megaeventos para o turismo brasileiro em debate na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.
 - CAS/CE Drogas em escolas públicas**
14h30 Audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esporte para debater o Programa de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas com o secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, Vitore André Zílio Maximiano.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Combate à corrupção deve receber empréstimo do BID

Controladoria-Geral da União pode receber US\$ 18 milhões para programa que visa prevenir a corrupção na gestão pública. Comissão também vota projeto que destina recursos ao Ceará

EM REUNIÃO NA terça-feira, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá votar autorização para que o governo brasileiro contrate empréstimo de US\$ 18 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (MSF 43/2013). Os recursos serão destinados ao Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (Proprevine), da Controladoria-Geral da União (CGU). O relator é Francisco Dornelles (PP-RJ).

O objetivo do programa é consolidar a capacidade institucional da CGU, com vistas ao fortalecimento da integridade e da transparência e à ampliação das frentes de atuação do órgão junto aos gestores públicos e à sociedade, de forma a aumentar a capacidade na prevenção e combate à corrupção.

Turismo

A CAE também deverá votar autorização para a contratação de empréstimo pelo estado do

Ceará de até US\$ 112 milhões, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), para o financiamento parcial do Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste do estado. A mensagem (MSF 44/2013) é relatada por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

O objetivo do programa é promover uma estratégia de desenvolvimento econômico, social e turístico em 12 municípios localizados ao longo de 350 quilômetros do litoral oeste de Fortaleza.



Francisco Dornelles (à esq.), relator do empréstimo junto ao BID, cumprimenta Lindbergh Farias, presidente da CAE

Projeto muda feriados para as sextas-feiras

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve votar amanhã projeto que pode oficializar o “feriadão” no Brasil. De acordo com a proposta, devem ser comemorados nas sextas-feiras os feriados que caírem nos demais dias da semana, excetuando-se os que ocorrerem nos sábados e domingos e os dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), 7 de setembro (Independência) e 25 de dezembro (Natal). O

projeto não contempla feriados estaduais e municipais.

A proposição recebeu emenda do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), para estabelecer que os feriados de 12 de outubro (Dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil) e do dia de Corpus Christi sejam comemorados na própria data.

O relatório do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) foi favorável ao PLC 108/2009, do deputado Marcelo Castro

(PMDB-PI), acolhendo a emenda oferecida pelo senador Antonio Carlos Valadares, e pela rejeição do PLC 296/2009, do deputado Milton Monti (PR-SP), que tramita em conjunto e sugere antecipar os feriados para a segunda-feira.

Na justificativa, o autor do projeto salienta que feriados no meio da semana causam transtornos e prejuízos à economia do país, principalmente ao comércio. Segundo o relator, o deslocamento dos feriados para a sexta-feira permitiria às empresas “um melhor planejamento de suas atividades, o que minimizaria as perdas decorrentes da interrupção”. Além disso, destaca Cássio Cunha Lima, feriados adiados “permitiriam aos trabalhadores o benefício de usufruir período contínuo e prolongado de descanso”.

Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.



Relator, Cássio Cunha Lima diz que medida beneficia empresas e trabalhadores

Comissão debate rumos da economia com Belluzzo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) inicia nesta semana um ciclo de debates sobre os rumos da economia brasileira. A primeira audiência será na terça-feira, com o ex-secretário de Política Eco-

nômica do Ministério da Fazenda Luiz Gonzaga Belluzzo e o ex-vice-presidente do Itaú Unibanco Marcos Lisboa.

O debate, que atende requerimentos de Eduardo Suplicy (PT-SP) e Cristovam Buarque

(PDT-DF), tratará da solidez da economia brasileira e as perspectivas para a próxima década, com ênfase na discussão do cenário do setor industrial como fator de competitividade da economia do país.

Cristovam critica queda de credibilidade da economia brasileira

O anúncio da agência de classificação de risco Standard & Poor's de mudança na avaliação sobre a perspectiva da economia brasileira, passando de “estável” para “negativa”, levou Cristovam Buarque (PDT-DF) à tribuna na sexta-feira para alertar sobre a queda de credibilidade. Ele lamentou também artigo da revista *The Economist*, que trocou elogios por “ironias com a economia brasileira”.

— Nossa autoridade não inspira mais confiança plena porque o ministro da Fazenda uma hora diz que o PIB vai crescer 4% e, no fim, cresce 0,6%. Faz um pacote hoje e outro amanhã. Nada desmoraliza mais uma autoridade econômica do que pacotes.

Para o senador, a equipe



Equipe econômica prioriza a próxima eleição, afirma Cristovam

econômica se furta a adotar medidas de médio ou longo prazo e uma economia vinculada à próxima eleição caminha para o desastre.

— Talvez a equipe econômica não resista muito tempo no cargo — afirmou.

Cristovam citou relatório do TCU que aponta mudanças metodológicas que dificultam o acompanhamento do superávit primário.

Simon: situação da Petrobras é difícil, mas pode ser revertida

Ao discursar em Plenário na sexta-feira, Pedro Simon (PMDB-RS) discordou da avaliação positiva que a presidente da Petrobras, Graça Foster, fez da estatal durante audiência no Senado no dia 14 de maio. O senador citou o desempenho das ações da empresa como um indício de que a situação não é boa. Apesar disso, ele disse considerar Graça Foster uma administradora “extraordinária e competente” e acreditar que a Petrobras possa reverter em pouco tempo os indicadores negativos.

Simon lembrou que entre os acionistas da Petrobras não estão apenas o governo e “alguns milionários”, mas



Trabalhadores já se arrependem de investir na Petrobras, diz Simon

também cerca de 300 mil trabalhadores “que usaram seus suados recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para comprar essas ações”.

— Muitos deles já se arrependem do investimento. Investimento que fizeram estimulados pelo próprio governo federal — ressaltou.

Alvaro Dias critica capacidade de gestão do governo federal

Alvaro Dias (PSDB-PR), em discurso na quinta-feira, disse que os indicadores do governo brasileiro nos últimos tempos são os piores possíveis.

Alvaro ressaltou que o Brasil foi reprovado em 41 dos 57 itens avaliados em critérios econômicos de uma pesquisa da consultoria norte-americana Boston Consulting Group. Para o senador, a capacidade de atrair empresas internacionais já é preocupante. Foram identificados problemas de infraestrutura, telecomunicações, burocracia e falta de mão de obra qualificada.

Alvaro também criticou o isolamento do país diante da comunidade comercial internacional. Segundo o senador, bateu o desespero



Alvaro relata desespero da indústria nacional frente a isolamento do país

na indústria brasileira, depois do anúncio de que México, Colômbia, Chile e Peru estão construindo a Aliança do Pacífico, com o objetivo de liberar até 90% das barreiras comerciais entre os países. O Paraguai, que está em crise com o Mercosul, também deverá compor a Aliança.

— O governo precisa acordar para a realidade internacional — alertou.

Renan participa do encerramento do Ano do Brasil em Portugal

Iniciada em setembro de 2012, iniciativa teve o objetivo de estimular o intercâmbio cultural, econômico e tecnológico entre os países

DEPOIS DE SER recebido pela presidente da Assembleia da República de Portugal, Maria da Assunção Esteves, na quinta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, deve participar hoje de um jantar a ser oferecido pelo presidente de Portugal, Cavaco Silva, à presidente Dilma Rousseff. O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), e Gim (PTB-DF) — integrantes da comitiva de senadores — também devem comparecer.

A celebração do Dia Nacional de Portugal (10 de junho) — data da morte do escritor e herói nacional Luís de Camões — coincide com o encerramento do Ano do Brasil em Portugal. Show de Maria Bethânia, que vai declamar poemas de Fernando Pessoa, vai marcar o fim de uma temporada de apresentações de música, teatro, cinema, dança, artes plásticas e fotografia de artistas brasileiros, iniciada em 7 de setembro de 2012, Dia



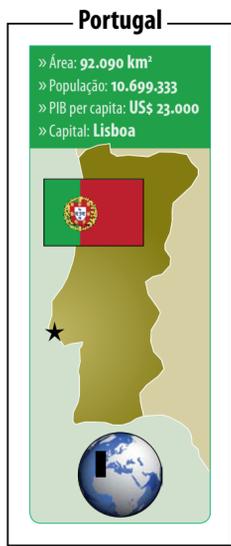
Senador é recebido pela presidente do Parlamento luso, Assunção Esteves

da Independência do Brasil. O mesmo período foi o Ano de Portugal no Brasil, propiciando manifestações artísticas portuguesas em estados brasileiros.

Língua portuguesa

Além de se encontrar com a presidente da Assembleia de Portugal, Renan se reuniu com representantes de comissões do Parlamento português e do Grupo de Amizade Brasil-Portugal. O presidente do Senado defendeu a intensificação nas relações entre os países

e assumiu o compromisso de criar — “num curto espaço de tempo” — grupo de representação do Congresso Nacional junto à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Segundo Renan, o objetivo será promover pautas legislativas em favor do desenvolvimento social e cultural dos países da comunidade, que foi criada em 1996, em Lisboa, e conta com Angola, Brasil, Portugal, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.



Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook

Na visita, Renan expôs o trabalho do Senado em prol da transparência, do corte de gastos e da racionalidade administrativa. Ressaltou ainda as medidas para aperfeiçoar o processo legislativo.

Senador aponta interesses convergentes entre as nações

A convergência de interesses entre Brasil e Portugal foi destacada na sexta-feira por Ferraço. Ele disse que avançou a consolidação da unidade dos parlamentos de língua portuguesa. Depois de lembrar que as relações com Portugal são “de alma”, por envolverem a história, a cultura e a identidade política — “os dois países combateram ditaduras” —, Ferraço disse que o momento pode representar uma oportunidade de aprofundamento dos laços econômicos.

Como Portugal enfrenta uma recessão profunda, segundo Ferraço, companhias portuguesas manifestam intenção de investir mais no Brasil. Um dos campos de interesse, disse o senador, é a geração

de energia alternativa. Ferraço informou que os senadores estavam conhecendo os investimentos de Portugal em energia renovável.

— Portugal é uma referência no mundo nesse assunto porque 40% de sua matriz energética tem como origem fontes renováveis. Esse é um caminho importante, porque visa à sustentabilidade.

Na busca de novos mercados, companhias portuguesas querem investir em energia eólica no Brasil, de acordo com Ferraço. Ele disse acreditar em um intercâmbio maior também nas áreas científica, acadêmica e cultural.

O próprio Ano do Brasil em Portugal, com quase 300 eventos culturais naquele país, na

avaliação do senador, é uma iniciativa na direção de um intercâmbio maior. No encerramento do evento, hoje, como lembrou Ferraço, a cantora brasileira Maria Bethânia vai recitar poemas de poetas brasileiros e portugueses, entre eles, Fernando Pessoa.

Um dos pontos altos da integração, disse o senador, será a cúpula Brasil-Portugal, que acontecerá hoje. A presidente Dilma Rousseff deverá se encontrar com o presidente português, Aníbal Cavaco Silva, e com o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho.

Brasileiros no mundo

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, 2,5 milhões de brasileiros vivem legalmente no exterior. Portugal é o quarto país que mais abriga migrantes do Brasil



Legislativo também estreita relações internacionais, diz diplomata

A população brasileira tem bastante a ganhar com a aproximação entre os Parlamentos do Brasil e de Portugal, afirma Eduardo Carvalho, assessor diplomático da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado.

Carvalho lembra que as relações do Brasil com outros países são conduzidas pelo Poder Executivo, conforme estabelece a Constituição, mas diz que o Senado pode — e deve — ajudar a estreitá-las.

Assim, de acordo com ele, a atual visita do presidente do Senado, Renan Calheiros, à Assembleia da República (o Poder Legislativo português) faz parte da “diplomacia parlamentar”. Portugal abriga a quarta maior comunidade brasileira no exterior.

— Enquanto o Poder Executivo costuma tratar de temas internacionais mais amplos e estratégicos, o Poder Legislativo pode tratar de questões que afetam a população mais

diretamente. O Legislativo tem sensibilidade para identificar as demandas concretas da sociedade, demandas que às vezes estão fora do radar do Executivo — explica ele, que é diplomata e foi cedido ao Senado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Para exemplificar, Carvalho diz que, enquanto o presidente da República discute os termos de um tratado tributário com outro governo, o Poder Legislativo brasileiro

pode discutir com o Legislativo estrangeiro um projeto de lei que facilite o trânsito de cidadãos entre ambos os países.

De acordo com ele, a entrada dos brasileiros em outro país é “algo de menor ordem de grandeza para o governo”, porém “urgente para os cidadãos”.

— Nas relações internacionais, o Poder Legislativo ajuda a construir a agenda do Poder Executivo — afirma Carvalho.



Gigantes pela Própria Natureza se apresentam em Lisboa, em evento do Ano do Brasil em Portugal

Comemorações promovem criatividade e diversidade do pensamento

As comemorações do Ano do Brasil em Portugal e de Portugal no Brasil terminam hoje.

As ações tiveram o objetivo comum de promover a criatividade e a diversidade do pensamento, das manifestações artísticas e culturais dos povos dos dois países, intensificar o intercâmbio científico e tecnológico e estreitar as relações econômicas entre as nações.

Segundo a Fundação

Nacional de Artes (Funnarte), promotora dos eventos, até o encerramento quase 300 atividades terão sido realizadas, entre shows musicais, peças de teatros, exposições audiovisuais e de multimídia, promoções literárias e espetáculos de dança.

Em Portugal, a capital, Lisboa, ganhou um centro cultural que funciona durante o período do evento, o Espaço Brasil, uma casa

de entretenimento e cultura no bairro de Alcântara, onde ocorrem shows, exposições e debates.

A ideia de fazer um ano especial para estreitar os laços entre o Brasil e outras nações começou em 2005. Desde então, foram realizados eventos com a França e a Itália. No momento, além dos festejos em conjunto com Portugal, já está sendo realizado o Ano Alemão + Brasil 2013-2014.

Norma adiou para 2016 obrigatoriedade de mudanças na ortografia da língua

O marco inicial do acordo que objetiva unificar a ortografia adotada nos países de língua portuguesa é 1990. Embora as regras já venham sendo adotadas quase na íntegra no Brasil, o acordo ainda não foi totalmente implementado — o que deveria ter acontecido em janeiro de 2013. Desde 2009, corre um período de transição que admite como ortografia oficial ao mesmo tempo as regras anteriores e as fixadas pelo decreto.

Entre as mudanças, o

acordo extingue o trema, acaba com o acento agudo em ditongos como “ei” em palavras paroxítonas, modifica o uso do hífen e inclui as letras “k”, “w” e “y” no alfabeto. Estima-se que as mudanças afetem menos de 2% do vocabulário do português.

Com as resistências dos meios editorial e acadêmico, em dezembro do ano passado o governo brasileiro editou decreto adiando para 2016 a entrada em vigor do acordo. O Senado também se

mobilizou. Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto (PDS 498/2012) de Cyro Miranda (PSDB-GO) e Ana Amélia (PP-RS) que amplia o período de transição para seis anos. Desse modo, o acordo só entraria em vigor em 1º de janeiro de 2020.

Para a senadora, o prazo de adaptação foi curto. “O assunto demanda maior tempo de maturação e integração mais ampla com os demais países envolvidos”, argumenta.

Cidadãos que residem no outro país têm reciprocidade de direitos

O Parlamento de Portugal é constituído por uma única Câmara, a Assembleia da República. Dos 200 deputados, 4 são eleitos pelos portugueses que residem no exterior.

A atual Constituição da República Portuguesa, de 1976, estabelece que o Estado é semipresidencialista. A soberania é exercida por quatro instituições: o Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais.

Portugal e Brasil estabeleceram um regime de igualdade de direitos para os cidadãos do outro país

residentes no seu território, regulado pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, assinado em Porto Seguro (BA) em 2000, e reconhecido pelo Decreto 3.927/2001.

A Constituição de 1988 estabeleceu, no artigo 12, I, que aos portugueses com residência permanente no Brasil, se houver reciprocidade, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo exceções previstas na própria Constituição, como exercer os cargos privativos de brasileiro nato (de presidente e

vice-presidente da República, de presidente da Câmara dos Deputados, de presidente do Senado, de ministro do Supremo Tribunal Federal, da carreira diplomática, de oficial das Forças Armadas e de ministro da Defesa).

Um português que já foi parlamentar no Brasil é José Lourenço Morais da Silva. Ele foi três vezes deputado estadual na Bahia, de 1971 a 1983, quando tornou-se deputado federal. Foi reeleito, participou da Assembleia Constituinte e ocupou o cargo até 2003.

Senado reforça laços com parlamentares portugueses

A aproximação do Senado com Portugal não é nova. Em outubro de 2011, o então presidente do Senado, José Sarney, recebeu visita oficial do primeiro-ministro português, Pedro Passos Coelho. Na ocasião, Sarney lembrou os acontecimentos que deram base a uma nova etapa no relacionamento entre os dois países, muito ligados à amizade entre ele e o ex-presidente português Mário Soares. Em 1987, Sarney e Soares, então presidentes dos dois países, instituíram a Comissão Luso-Brasileira para as Comemorações do 5º Centenário do Descobrimento do Brasil, e a nova etapa de relações teve seu ponto alto na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Em maio, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Portugal (GPA) presidida pelo deputado português Carlos Páscoa Gonçalves.

Um dos temas do encontro foi o programa Ciência Sem Fronteiras, do governo brasileiro. O Ministério da Educação adotou a medida temporária de não fazer novos convênios com instituições portuguesas para estimular o aprendizado de uma segunda língua. Segundo Gonçalves, porém, muitas universidades portuguesas ministram cursos em língua inglesa.

— Temos alunos de vários países da Europa, da China, dos Estados Unidos, da Coreia. Então, há que se ter essa informação para que não se diminua a ida para Portugal — observou.

O deputado disse que o diálogo entre o Parlamento português e o Senado brasileiro pode ajudar a melhorar o comércio bilateral e contribuir para a superação da crise no país europeu.

— Portugal é um canal privilegiado para que as empresas brasileiras cheguem à Europa — afirmou o parlamentar português.



José Sarney recebeu o primeiro-ministro de Portugal, Pedro Passos Coelho

Parceria com Universidade de Coimbra deve avançar

Os entendimentos para um acordo entre o Senado e a Universidade de Coimbra, a mais antiga de Portugal (criada em 1290), devem avançar após a visita do presidente do Senado, Renan Calheiros, ao país. O acordo permitirá que obras publicadas pelo Conselho Editorial do Senado estejam nos pontos de venda da editora da universidade, abrindo assim um canal de comercialização no exterior.

O acordo em negociação prevê que os livros de interesse de Coimbra sejam impressos pela Gráfica do Senado, na forma de coedições, reduzindo o custo de produção, diz o diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Florian Madruga. Hoje, por serem importadas, as obras são caras e não são encontradas com facilidade no Brasil. A Assembleia da República,

a Biblioteca Nacional de Lisboa e a Universidade de Coimbra já recebem a *Revista de Informação Legislativa (RIL)*, publicada há quase 50 anos pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado e considerada pelo MEC uma das três principais revistas acadêmicas do país. Nesta semana, conforme a diretora da subsecretaria, Anna Maria Rodrigues, o Senado espanhol solicitou a inclusão da *RIL* na sua rede interna, para que parlamentares e funcionários tenham acesso.

Boa parte das 200 obras do Conselho Editorial já é procurada por acadêmicos de Portugal, segundo Anna Maria. Uma delas é a *História da América Portuguesa*, escrita pelo baiano Rocha Pita e impressa pela primeira vez em 1730, uma das primeiras obras sobre o Brasil colonial.

Cooperação em diversas áreas é marca do relacionamento luso-brasileiro desde 1855

Brasil e Portugal têm hoje uma relação privilegiada, com muitas ações comuns e cooperações em política, economia, ciência, tecnologia, cultura, diplomacia e Justiça. Os acordos começaram em 1855, apenas 33 anos após o Brasil se declarar independente do reino português.

Dos 90 acordos que tiveram participação do Poder Executivo brasileiro, 66 passaram pelo Legislativo. A diferença

se explica pelos períodos ditatoriais em que o Parlamento ficou fechado e pela fase anterior a 1949, quando os textos foram promulgados só por decretos do Executivo.

Alguns dos acordos foram assinados também por outros países, como o grupo de nações de língua portuguesa, ou por quase toda a comunidade internacional, como no caso de proteção aos cabos submarinos, em 1885.

Principais acordos

ANO	ASSUNTO
1855	Punição a moeda falsa
1863	Regula direitos, privilégios e imunidades de cônsules e chanceleres
1873	Tratado de extradição
1881	Proteção das marcas de fábrica e comércio
1881	Permutação de fundos via correio
1885	Proteção de cabos submarinos*
1889	Troca de publicações oficiais, científicas e literárias*
1892	Ajustes postais*
1896	Convenção telegráfica internacional*
1896	Agentes consulares têm direito a porcentagens de taxas em processos de heranças
1898	Permutação de encomendas postais sem valor declarado
1910	Arbitramento geral*
1911	Arbitramento bilateral
1912	Convenção Internacional Radiotelegráfica
1913	Prevenção a falsificação de moeda
1914	Extradição de criminosos
1914	Assistência e salvamento marítimos
1916	Neutralidade na guerra entre Portugal e Alemanha
1917	Revogação de decretos em favor da neutralidade na guerra
1924	Propriedade literária e artística
1926	Redução de taxas postais nas permutas de livros e jornais
1931	Propriedade industrial*
1933	Tratamento de prisioneiros de guerra*
1936	Salvaguarda da vida humana no mar*
1937	Proteção de obras literárias e artísticas*
1938	Imunidade de navios de Estado*
1939	Repressão de moeda falsa*
1941	Telecomunicações*
1944	Convenção ortográfica
1947	Transporte aéreo internacional*
1951	Cooperação intelectual
1954	Transporte aéreo entre Brasil e Portugal
1955	Amizade e consulta
1968	Cooperação técnica
1968	Cooperação na energia nuclear para fins pacíficos
1968	Comércio
1968	Cultura
1970	Previdência social
1971	Adicional ao acordo de cultura
1971	Evita dupla tributação sobre o rendimento
1972	Igualdade de direitos e deveres entre brasileiros e portugueses
1980	Transporte e navegação marítima
1982	Turismo
1982	Cooperação econômica e industrial
1985	Produção cinematográfica
1990	Cooperação científica e tecnológica
1992	Cooperação aduaneira
1994	Comemorações do Descobrimento
1994	Transportes aéreos regulares
1994	Auxílio mútuo em matéria penal
1994	Tratado de extradição
1995	Seguridade social
1995	Quadro de cooperação
1995	Repressão ao tráfico de drogas
1996	Transporte e navegação
1997	Isenção de vistos
1997	Assistência consular em terceiros países
1999	Revoega convenção para evitar dupla tributação sobre rendimento
2001	Amizade, cooperação e consulta
2001	Evita dupla tributação sobre rendimento e previne evasão fiscal
2004	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*
2005	Atividades remuneradas do pessoal diplomático
2006	Transferência de condenados
2007	Serviços aéreos
2008	Circulação de pessoas
2008	Visto temporário para tratamento médico*
2008	Visto de múltiplas entradas para certas categorias
2008	Requisitos para visto de curta duração
2008	Acordo Ortográfico
2008	Cooperação no turismo
2009	Isenção de taxas na renovação de autorização residencial*
2010	Cooperação na defesa
2012	Extradição*
2013	Seguridade social

* Com outros países além de Portugal

Fonte: Sistema de Informações do Congresso Nacional (Sicon)

Senado debate investimento em transporte e logística

É cada vez mais comum no meio empresarial e no Parlamento a cobrança por melhor infraestrutura de transporte e gestão da logística. Audiência abordará desafios para acelerar investimentos na área

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) realiza audiência pública hoje, a partir das 18h, para debater a importância do investimento e da gestão na logística. Os mecanismos de financiamento da infraestrutura de transportes também estarão na pauta do debate, que atende requerimento do presidente da comissão, senador Fernando Collor (PTB-AL).

Para a audiência, estão convidados o economista Raul Velloso e o advogado Fernão Justen de Oliveira. A diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Natália Marcassa de Souza completa a lista de convidados.

A cobrança por mais investimentos em logística tem sido recorrente nos meios empresariais e entre senadores. Em discurso no Plenário na última quinta-feira, o senador Sérgio Souza (PMDB-PR) lamentou os obstáculos na logística



Trecho da BR-364 em Rondônia: falta de investimento cria obstáculos na logística

nacional e pediu avanços nos modais de transporte. Na reunião da CI do dia 22 de maio, Collor elogiou a nova

legislação dos portos, mas ressaltou que o governo tem agora o desafio de acelerar os investimentos em logística.

Projeto impede comércio de se isentar por dano

Afixar aviso sobre a isenção de responsabilidade por dano ocorrido nas dependências de estabelecimento comercial poderá resultar em pena de detenção de três meses a um ano mais multa. É o que determina o Projeto de Lei do Senado (PLS) 448/2012, que poderá ser votado amanhã na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Autora da proposta, Vanessa Graziottin (PCdoB-AM), argumenta que “muitos estabelecimentos comerciais afixam cartazes para se eximir da responsabilidade por furtos, roubos ou outros danos ocorridos nas dependências, o que deve ser rigorosamente reprimido”.

Conforme observa, a prática visa dissuadir o consumidor de requerer indenização

quando ocorre no interior do estabelecimento fato que o comerciante quer desvincular da relação de consumo.

“Essa [relação de consumo], necessariamente, estende-se à presença do consumidor no interior de um estabelecimento ofertante de produto ou prestador de um determinado serviço”, observa Vanessa.

Para reforçar os argumentos da autora, o relator, senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), cita exemplo de decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que responsabilizou um supermercado por acidente com cliente que escorregou em piso molhado, caracterizando conduta negligente e omissiva do estabelecimento.

Após o exame na CMA, o texto segue para decisão terminativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Vanessa propõe reprimir iniciativas que constroem consumidor



Randolfe lembra que Justiça condena conduta negligente no comércio

Rolleberg elogia plano para a ciência brasileira na Antártida

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) elogiou a elaboração de plano para a ciência brasileira na Antártida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A aplicação de recursos até 2022 busca aumentar o protagonismo nacional no Sistema do Tratado da Antártica.

Ele exaltou o esforço do governo de reconstruir a Estação Antártica Comandante Ferraz, em grande parte destruída por incêndio no ano passado. O investimento estimado para a construção é de R\$ 72 milhões.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Rolleberg, membro da Frente Parlamentar de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro (Proantar), as pesquisas no continente são estratégicas e é preciso convergência de esforços e investimentos regulares para que prossigam. — A pesquisa na Antártida não é um gasto, mas um grande investimento que o país faz em seu próprio benefício; não apenas econômico, mas também político, porque reafirma a presença do Brasil no cenário internacional.

Gurgacz pede a recuperação de rodovias na Região Norte

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu aos Ministérios do Planejamento e dos Transportes que invistam na recuperação das rodovias da Região Norte

do mesmo modo como outras áreas do governo aplicam recursos na agricultura e na pecuária. O senador afirmou, na sexta-feira, que os incentivos têm aumentado a produção agrícola, no entanto, as condições das estradas dificultam o escoamento.

O crescimento do agronegócio brasileiro, ressaltou,

está acima da média mundial e o setor é um dos principais itens da economia do país, contribuindo de forma importante no superávit da



Marcelo Menezes/Agência Senado

balança comercial. Os resultados positivos, na avaliação dele, devem-se ao empenho dos agricultores e aos investimentos do governo.

— Enquanto o Brasil cresce na produção de alimentos, na produção da bacia leiteira e derivados, a infraestrutura não acompanha esse crescimento — disse.

Anibal ressalta importância de verbas para agricultura familiar

Anibal Diniz (PT-AC) elogiou o lançamento, pelo governo federal, do Plano Safra da Agricultura Familiar 2013-2014. Ele ressaltou a previsão de investimentos da ordem de R\$ 39 bilhões.

Do montante, disse o senador, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) contará com R\$ 21 bilhões e terá ampliado o limite para que agricultores se enquadrem nos financiamentos.

— Esse valor é 16,6% maior que o destinado ao setor no

ano passado e significa uma expansão de mais de 400% desde 2003. No plano de 2013-2014, ficou claro que a intenção é que os agricultores tenham mais capacidade de investimento, inovação e tecnologia — disse.

Anibal destacou ainda o anúncio da criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), que atuará com a Embrapa em busca do desenvolvimento de tecnologias para facilitar “a vida do homem do campo na produção rural”.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão de Direitos Humanos discute hoje alienação parental

Síndrome pode fazer com que a criança, influenciada pelo pai ou pela mãe, desenvolva sentimento de repúdio por um deles

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência hoje para debater a chamada síndrome de alienação parental, que consiste no desenvolvimento pela criança de um sentimento de repúdio a um dos pais.

O distúrbio pode ocorrer em razão de diversos fatores, entre os quais a doutrinação exercida por um dos genitores. Nesse caso, a conduta é tipificada como crime, por meio da Lei 12.318/2010.

Entre os convidados para o debate, a ser realizado por sugestão de Paulo Paim (PT-RS), estão o juiz Elizio Luiz Perez, responsável pela consolidação do anteprojeto que deu origem à Lei da Alienação Parental, e a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário.

Também foram convidados a participar do debate as advogadas Ana Gerbase e Delma

Silveira Ibias, a psicóloga Andreia Calçada e Sergio Moura Rodrigues, estudioso do fenômeno da alienação parental.

Formas de alienação

Entre as formas de alienação parental previstas na Lei 12.318/2010, estão fazer campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade, dificultar o

exercício da autoridade parental, atrapalhar contato de criança ou adolescente com genitor e dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar.

A lei inclui ainda a prática de omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou o adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço; apresentar falsa

denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente; e mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

A audiência pública tem início às 9h.



Senador Paulo Paim (entre Ana Rita, presidente da CDH, e Wellington Dias) é autor do requerimento para a audiência

Casamento entre pessoas do mesmo sexo terá audiência pública

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) fará audiência para debater o casamento civil igualitário para as uniões homoafetivas. O requerimento, aprovado na quinta-feira, foi apresentado pelos senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Lídice da Mata (PSB-BA).

Em maio, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) adotou resolução para obrigar os cartórios a formalizar o casamento civil homoafetivo. O CNJ levou em conta decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) favorável à possibilidade de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Além disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu há dois anos a união estável homoafetiva.

Na justificativa do requerimento, os senadores



Discussão tem motivado atos públicos contra e a favor da união homoafetiva

classificam de "histórico" para milhares de brasileiros o dia em que o CNJ baixou a resolução enquadrando os cartórios — muitos ainda se recusavam a formalizar as uniões, alegando a ausência de previsão legal. Afirmam que, na prática, o CNJ

legalizou, pela via judicial, o casamento igualitário. Porém, consideram que a "igualdade proclamada na Constituição brasileira" precisa se dar de forma plena, por "força de lei".

Serão convidados integrantes do movimento gay e

representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Também deverão participar o advogado constitucionalista Paulo Iotti e a cantora Wanessa, que milita pela causa gay. O senador Magno Malta (PR-ES), que é evangélico, reivindicou o direito de também indicar participantes, argumentando que os debates na Casa devem acolher diversidade de opiniões. Ficou acertado que ele encaminhará sugestões à comissão.

Também deverá ser promovida audiência para tratar dos abusos de agentes do Estado durante a ditadura militar, dando continuidade a ações que estão sendo realizadas em conjunto com a Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, que integra o colegiado.

Data nacional para doação de cordão umbilical deve ser confirmada

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve votar amanhã, em turno suplementar, projeto (PLS 299/2010) de Inácio Arruda (PCdoB-CE) que institui uma data nacional para incentivar a doação de cordão umbilical. O objetivo é estimular o uso de sangue de cordão umbilical, rico em células-tronco, para aumentar a disponibilidade de doadores e reduzir o custo do transplante. Como a proposta tem caráter terminativo, se aprovada, deve seguir diretamente à Câmara.

No Brasil, cerca de 2.500 pessoas têm indicação de realização de transplante de medula óssea por ano. Dessas, 1.500 não encontram um doador com laços de parentesco e compatibilidade genética, segundo dados de 2010.

As células-tronco podem ser congeladas (criogênese), permanecendo preservadas por muitos anos. Os bancos de armazenamento de sangue de cordão umbilical e placentário são fontes importantes para o atendimento de pacientes que necessitam de células-tronco

e que aguardam transplantes de medula óssea.

O projeto original, que instituiu uma semana nacional, recebeu emenda substitutiva do relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), que muda a comemoração para um único Dia Nacional da Doação de Cordão Umbilical.

O senador acolheu sugestão do Ministério da Saúde por acreditar que a estratégia é mais efetiva. O texto original estabelece o dia 8 de outubro como o início da Semana Nacional da Doação de Cordão

Umbilical. Foi nessa data, em 2004, que se realizou o primeiro transplante de medula óssea com sangue de cordão umbilical de doador brasileiro, no Hospital Amaral Carvalho, em Jaú (SP).



Proposta de Inácio Arruda visa aumentar número de transplantes no país

Projeto da Lei Geral das Religiões pode avançar

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar na quarta-feira o projeto da Lei Geral das Religiões (PLC 160/2009). A proposta, de autoria do deputado George Hilton (PRB-MG), foi apresentada depois que o governo brasileiro assinou, em 2008, acordo com o Vaticano criando o Estatuto Jurídico da Igreja Católica.

O texto estabelece normas sobre ensino religioso, casamento, imunidade tributária, prestação de assistência espiritual em presídios e hospitais, garantia do sigilo de ofício dos sacerdotes, entre outros temas. O projeto garante, da mesma forma que à Igreja Católica, direitos às demais religiões constituídas no país.

Em 23 de maio, a comissão promoveu audiência sobre o assunto e a proposta foi criticada por representantes de diversas entidades religiosas e do governo, que pediram a rejeição do texto.

No entanto, o relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), deu parecer favorável à aprovação, com alterações para assegurar direitos constitucionais também às religiões não cristãs, independentemente da forma jurídica.

Paim relata visita de sindicalista canadense

Paulo Paim (PT-RS) comunicou em Plenário, na quinta-feira, que recebeu em seu gabinete o sindicalista Leo Gerard, presidente do United Steelworkers (USW), o principal sindicato de metalúrgicos dos Estados Unidos e do Canadá.

Paim informou que, antes de vir a Brasília, Leo Gerard visitou o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Paulo. Paim, que foi metalúrgico e, durante os anos 80, vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), disse ter trocado experiências com Leo Gerard sobre os direitos dos trabalhadores, especialmente dos metalúrgicos.

Durante a reunião, afirmou Paim, Leo Gerard falou sobre a precarização do trabalho no mundo e demonstrou preocupações, advertindo que haverá no Brasil um forte movimento para desconstituir ou precarizar direitos trabalhistas.

Paim disse que relatou ao sindicalista canadense a realização, na semana passada, de ato no Plenário do Senado em defesa da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Rádio, TV e telefonia móvel podem ter de divulgar alertas de desastres

Projeto será analisado amanhã e visa prevenir população de áreas de risco sobre eventos como tempestades, inundações e incêndios

ALERTAS SOBRE A possibilidade de ocorrência de desastres climáticos podem passar a ser obrigatoriamente divulgados pelas concessionárias de TV, rádio e telefonia celular. É o que prevê substitutivo do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ao PLS 490/2009, que será votado amanhã na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

A proposta original, do ex-senador Raimundo Colombo, sugeria a criação do Centro de Prevenção de Desastres Climáticos (CPDC). O órgão atuaria como centro de

informações de utilidade pública para prevenção e alerta da possibilidade de catástrofes climáticas. Rollemberg observa, no entanto, que propor a criação de órgão na esfera do Executivo é medida de iniciativa privativa do presidente da República. Para ele, o vício de constitucionalidade impediria o avanço da matéria.

O senador enxergou, porém, a possibilidade de aproveitamento do dispositivo que propõe a colaboração das concessionárias de serviço público de rádio e televisão na divulgação dos alertas de

calamidade. Segundo o texto de Rollemberg, as concessionárias de rádio, inclusive as comunitárias, e de TV ficam obrigadas a colaborar na divulgação de alertas sobre a possibilidade de ocorrência de desastres. O relator ainda acrescentou à lista as concessionárias de telefonia celular.

Para Rollemberg, a ajuda dos meios de comunicação, inclusive do sistema de telefonia celular, ajudará a salvar vidas. Se a proposta for aprovada, passará por votação em turno suplementar, uma exigência regimental quando o texto

acolhido resulta de substitutivo em exame terminativo. Se aprovado, o texto seguirá para a Câmara.

O projeto já havia sido avaliado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). Com base no argumento de inconstitucionalidade, o parecer foi contrário.

Na mesma reunião, a CCT votará 18 projetos de decreto legislativo que outorgam permissões ou autorizações ou renovam permissões ou concessões outorgadas para serviços de radiodifusão sonora.

Comissão vai ouvir policiais e bombeiros punidos por greve

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promoverá audiência para ouvir policiais civis, militares e bombeiros envolvidos em greves deflagradas em fevereiro de 2012 em 15 estados do país, além do Distrito Federal. Depois de serem submetidos a processos penais militares e disciplinares, muitos foram expulsos das corporações e lutam pela reintegração.

João Capiberibe (PSB-AP) e outros integrantes da comissão assinam o pedido para a audiência. Serão convidados para o debate, ainda em data a ser definida, o juiz auditor José Barroso Filho, da Justiça Militar da União, e o ex-bombeiro Benevenuto Daciolo, do Rio de Janeiro, mencionado à época como um dos líderes do movimento grevista. Também devem participar diversos deputados estaduais.

Os policiais reivindicavam melhorias salariais e das condições de trabalho. No país, o direito de greve de servidores públicos não está regulamentado. Projetos em exame barram o direito tanto aos integrantes das Forças Armadas como das forças auxiliares, como as polícias militares e os corpos de bombeiros.



Para o relator do texto na CCT, Rodrigo Rollemberg, a ajuda dos meios de comunicação poderia evitar a morte de pessoas, como ocorreu em Petrópolis (RJ) este ano

Anibal vê perseguição política em operação da PF no Acre

Anibal Diniz (PT-AC) voltou a criticar o “tribunal de exceção” instalado no Acre na sequência da Operação G7, da Polícia Federal, que apura fraudes em licitações no estado. Ele salientou que, há 27 dias, 15 pessoas estão presas sem processo legal formalizado.

— O estado democrático de direito está sob ameaça. As pessoas eleitas no estado do Acre estão sendo tratadas como se bandidas fossem e nós não podemos permitir a demonização da política — protestou.

Anibal leu nota em que o senador Jorge Viana (PT-AC) afirma que “a Operação G7 está cheia de ilegalidades e atinge pessoas inocentes” e que tomará as medidas para defender-se da “ação criminosa”. Anibal manifestou orgulho de pertencer ao Partido dos Trabalhadores e de integrar-se ao projeto que elevou os indicadores sociais do Acre.



Anibal protesta contra prisão de pessoas sem processo formal na Operação G7, no Acre

Jayme cobra ação do governo para resolver conflitos indígenas

Jayme Campos (DEM-MT) cobrou do governo ações concretas para garantir a paz no campo e a segurança de produtores rurais sob ameaça de envolvimento em conflitos com índios. O senador apontou a “falência” da Funai e disse que o órgão manifesta incapacidade operacional na condução de processos delicados, como a aplicação de critérios para a demarcação de terras indígenas.

— O Congresso Nacional não pode ficar à margem dessa discussão, pela relevância estratégica e pelo risco de conflito. A matéria deve ser exaustivamente deliberada pelo Parlamento.

Ao se referir aos conflitos em Mato Grosso do Sul, o senador disse que “o governo está brincando com coisa séria” e que a disputa que opõe brancos e índios pelas terras “vai virar uma guerra civil, com morte de índios”.



Na opinião do senador, a Funai é incapaz de conduzir processo de demarcação de terras

Senador propõe prêmios com os nomes de Mesquita e Civita

Um projeto de resolução para criação de prêmios de jornalismo que levem os nomes de Ruy Mesquita e Roberto Civita, falecidos no mês passado, foi proposto em Plenário por Jayme Campos (DEM-MT) na quinta-feira.

As premiações, explicou Jayme, ocorreriam anualmente em sessão especial do Senado realizada no Dia Nacional da Liberdade de Imprensa, comemorado em 7 de junho.

O Prêmio de Jornalismo Roberto Civita seria dedicado a laurear os profissionais da imprensa que, com reportagens, contem histórias relevantes sobre o caráter solidário e democrático da gente brasileira.

Já o Prêmio Personalidade Jornalística do Ano Ruy Mesquita seria uma forma de reconhecer o valor e o empenho de dirigentes e profissionais dos meios de comunicação “na busca permanente do aprimoramento e consolidação dos institutos democráticos nacionais”, como afirmou o senador.

— É, ao mesmo tempo, uma legítima homenagem a dois grandes construtores do padrão ético da imprensa brasileira, Roberto Civita e Ruy Mesquita, e aos jornalistas que arriscam diariamente suas vidas desvendando e publicando reportagens que contam a história de nossa comunidade — disse.

Jucá comemora aprovação de novas regras para domésticos

Romero Jucá (PMDB-RR) comemorou, na quinta-feira, a aprovação, pela comissão mista de consolidação de leis e de dispositivos constitucionais, de projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 72/2013, que equipara os direitos dos trabalhadores domésticos aos dos demais empregados urbanos e rurais.

— O nosso trabalho na comissão está encerrado e agora caberá aos Plenários do Senado e da Câmara melhorarem a proposta — disse o senador, acrescentando que a regulamentação da emenda “é extremamente importante para a sociedade brasileira”.

Jucá ressaltou que, como relator da proposta de regulamentação, procurou ouvir as contribuições de todos os segmentos da sociedade, o que possibilitou elaborar uma legislação que valorizará o empregado doméstico.



Jucá afirma a grande importância da regulamentação da Emenda 72 para a sociedade